

# (IN)CONGRUÊNCIAS SOBRE O PAPEL DO INTÉRPRETE DE LIBRAS ENTRE OS PARTICIPANTES DO PROCESSO DE TRADUÇÃO

Vinicius Reis de Siqueira - UNIPAN/Anhanguera

**RESUMO:** A inclusão de alunos surdos no ensino superior tem uma peculiaridade, a presença do intérprete da língua de Libras em sala de aula para mediar o processo de ensino e aprendizado. O objetivo deste trabalho é o de observar como o intérprete de Libras é visto por quem é traduzido, no ensino superior, notando como esta “conceituação” interfere no trabalho do docente e do próprio intérprete. O método aplicado foi qualitativo onde foram coletadas informações através de entrevistas semi-abertas de três docentes do ensino superior. Este estudo demonstra que alguns professores ainda acreditam que a mera presença do intérprete da língua de sinais pode ser o suficiente para o desenvolvimento educacional dos alunos surdos. No entanto, todos os envolvidos no processo educacional de pessoas com necessidades especiais devem realizar um reajustamento pedagógico e desenvolvimento de novas interações profissionais baseadas no autoconhecimento, podendo o intérprete oferecer muito a este processo.

**ABSTRACT:** The inclusion of deaf students in higher education has a peculiarity, the presence of an interpreter from the language of signs in class to mediate the process of teaching and learning. The objective of this work is to observe how the interpreter of Libras is seen by whom is translated, in higher education, noting how this “conception” interferes in the work of the teacher and the interpreter himself. The applied method was qualitative where information was collected by semi-open interviews of three teachers from the higher education. This study demonstrates that teachers still believe that the mere presence of an interpreter of sign language can be enough to the educational development of deaf students. However, all involved in the educational process of people with special needs must realize a pedagogical readjustment and development of new professional interactions based on self-knowledge, where the interpreter can offer a lot to this process.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Língua de Sinais Brasileiro, Tradutor, Ensino Superior, Inclusão, Surdo.

**KEYWORDS:**

Brazilian Sign Language, Translator, Higher Education, Inclusion, Deaf.

*Artigo Original*

Recebido em: 23/05/2012

Avaliado em: 12/02/2014

Publicado em: 04/06/2014

*Publicação*

Anhanguera Educacional Ltda.

*Coordenação*

Instituto de Pesquisas Aplicadas e Desenvolvimento Educacional - IPADE

*Correspondência*

Sistema Anhanguera de Revistas Eletrônicas - SARE  
rc.ipade@anhanguera.com

## 1. INTRODUÇÃO

Atualmente existe um maciço movimento de inclusão de alunos com necessidades de educação especial no ensino superior, sendo os surdos um destes grupos - que tem como peculiaridade o uso da língua de sinais. Tal peculiaridade tem trazido dificuldades e desafios em não só incluir fisicamente tais pessoas, mas mantê-las durante o desenvolvimento acadêmico (CASTRO & MONTE, 2005; CALDAS, 2006; SALERNO, 2005).

Para que ocorra a inclusão, uma questão precisa ser concebida com clareza: considerar o aluno surdo como bilíngue e bicultural, considerando a língua de sinais como primeira língua e a língua da comunidade ouvinte como segunda língua, formando assim uma comunidade, com cultura e língua própria. Esta diferença deve ser respeitada e levada em consideração a sua forma única de aprender (SKLIAR, 1999).

O direito dos surdos à educação e de se desenvolverem plenamente como cidadãos foi alcançada através da luta da comunidade surda pelo reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em 2002 pela Lei n. 10.436, de 24 de abril, (BRASIL, 2002), e a inclusão de intérpretes no sistema escolar, adotando o bilingüismo como um dos caminhos mais promissores para a educação dos surdos no país (Martins, 2006).

Em 2005, o decreto n. 5.626/2005 (BRASIL, 2005) tratou da inserção do intérprete no ensino infantil, fundamental e de nível médio à superior, a fim de auxiliar o aluno surdo no aprendizado do conteúdo ministrado em sala de aula. O mesmo decreto dispõe da necessidade das instituições do Ensino Superior de oferecer curso de Libras e intérpretes na graduação ou como forma de extensão de maneira a garantir um ambiente de interação entre alunos surdos e alunos ouvintes no sistema educacional - além de ampliar as oportunidades de trabalho, para ambos surdos e ouvintes.

Segundo Quadros (2004), o intérprete e tradutor da língua de sinais e da língua portuguesa pode ser definido como aquele que interpreta de uma língua fonte para outra língua alvo. De acordo com o decreto de 2005, citado acima, a formação deste profissional é alcançada através de um curso superior de tradução e interpretação, com habilitação em LIBRAS/língua portuguesa, podendo atuar em todos os níveis educacionais, do básico ao superior.

No que se refere à formação desse profissional, a maioria dos atuais intérpretes possui uma especialização e são ou foram envolvidos com atividades de pesquisa, tendo alguns destes profissionais envolvidos com movimentos da comunidade surda. É percebido que estes freqüentemente tiveram alguma convivência com um grupo de surdos que possibilitou a este intérprete a apropriação de elementos fundamentais para sua formação. Apesar de suas realizações, o trabalho de intérprete tem um variado tipo de contratos de trabalho, com piso e direitos trabalhistas variados (MARTINS, 2008).

Um elemento importante a ser ressaltado no debate sobre o papel do intérprete de

Libras é diferenciar “tradutores” de “intérpretes”. O tradutor pode utilizar de estratégias como glossários, notas de rodapé, comentários, etc., já o Intérprete tem de ter um raciocínio rápido, intuição, capacidade de dedução, concentração e memória. Considerando também que a interpretação fiel não significa interpretação literal, pois esta última torna-se impossível, na medida em que não existem línguas estruturalmente idênticas, com equivalência absoluta entre seus enunciados – ainda mais se considerando línguas que tem canais de recepção e reprodução diferente, como é o caso da interpretação de línguas orais, que são áudio-verbais, para sinalizadas, que são viso-gestoras (PIRES & NOBRE, 2000).

---

## 2. DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR E INTÉRPRETES DE LIBRAS

A sala de aula se constitui de um espaço social, e para entendê-lo é necessário observar a relação entre professor e intérprete, notando como organizam e dão significado ao contexto escolar em que estão inseridos, considerando que a forma que este relacionamento é construído influencia o trabalho docente frente aos estudantes ouvintes e não ouvintes. O presente trabalho trata então de investigar qualitativamente a relação entre professor e intérprete, levando em conta que esta relação social é construída e assumida implicitamente na prática em sala de aula.

O pressuposto assumido neste trabalho é de que o desconhecimento das habilidades necessárias para um bom trabalho de um intérprete no ensino superior pode afetar negativamente a qualidade do processo de ensino e aprendizagem. É necessário, então, pensar a respeito das peculiaridades desta relação a fim de trazer a consciência, e conseqüentemente discutir, a problemática educacional dos estudantes surdos no ensino superior a fim de que se possam realizar futuras reflexões a respeito da educação destes alunos.

Tal estudo é necessário visto que o conhecimento é perspectivo, e cabe então a quem o produz (e é produzido por ele), isto é, o professor e o intérprete, tratar do impacto que sua relação tem sobre a produção de subjetividades dentro da sala de aula. Neste sentido, o objetivo deste trabalho, posto de forma clara, é de observar como o intérprete de libras é visto por quem é traduzido no ensino superior, notando a relação que o intérprete de libras mantém com o professor do ensino superior que é traduzido. Foi focada tal relação, pois, a forma como o intérprete de libras é conceituado pode vir a interferir na condução do trabalho docente e do próprio intérprete. Este problema de conceituação pode vir a ocorrer visto que não existe uma convenção definitiva do papel do intérprete, como será observado na próxima sessão.

### 3. DEFININDO O “PAPEL” DE INTÉRPRETE NO ENSINO SUPERIOR

Um fator complicador na conceituação do trabalho do Intérprete da Língua de Sinais (ILS) se refere ao fato da profissão não ter um ensino acadêmico “formal” ainda não muito divulgado, pois são poucos os cursos superiores de letras libras existentes no Brasil (ROSA, 2006).

Esta falta de divulgação até um determinado momento na história da educação no Brasil e a escassez atual de uma formação formal do Magistério levou o Ministério da Educação a se utilizar de termos como: professor-intérprete; intérprete educacional e tradutor em sala de aula, apesar dos papéis serem completamente diferentes. O professor-intérprete é aquele que tem duas profissões: a de professor e a de ILS, e o intérprete educacional/tradutor em sala de aula se refere àquele que media as relações entre uma língua e outra (BRASIL, 2004). Apesar de diferentes, o fato de ambos utilizarem em seu nome termos relativos à educação, demonstra as responsabilidades pedagógicas do intérprete, junto com o professor, de participar ativamente no processo de ensino-aprendizagem (LEITE, 2005).

Em um estudo sobre os papéis que o intérprete assume em contextos educacionais, Kelman (2005) observou a existência de várias funções que o ILS pode vir a desempenhar numa sala de aula. Segundo sua coleta de dados, observou-se que o ILS ensina ao surdo a língua portuguesa como segunda língua, além de ensinar a própria língua de sinais a surdos e ouvintes a fim de facilitar a comunicação entre todos envolvidos. Foi observado também que é esperado do ILS ser responsável pela adequação curricular, isto é, tentar resumir os conteúdos ministrados pelo professor para que os alunos ouvintes não fiquem inquietos ao esperar a tradução “total” para os surdos. Outra função notada foi a de participar do planejamento das aulas e integração junto ao professor a fim de melhorar a forma de ministrar o conteúdo para os surdos. Ainda de acordo com Kelman (2005), a expectativa do aluno surdo frente ao ILS foi relacionada à necessidade de orientá-lo, ajudando ou explicando o conteúdo para este.

Como foi observado através da pesquisa de Kelman (2005), são atribuídas várias “funções” ao ILS que deveria ser distribuída ao professor. A função básica do ILS não é de substituir ou tomar para si o trabalho do professor, mas mediar à relação entre surdo e professor, e surdo com demais alunos ouvintes, nas diversas situações de aprendizagem e interação social (LIMA *et al.*, 2005).

Objetivamente o MEC (2004) definiu o ILS como a pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em qualquer modalidade que se apresentar, tanto oral como escrita. A Secretaria de Educação Especial (SEESP) (1997) delimitou a função do professor regente, devendo este liderar a classe, o processo de ensino e aprendizagem, resumir as aulas no quadro e avaliar os alunos, não devendo o intérprete explicar o conteúdo, mas ainda assim participar do sistema de ensino.

Em situações em que crianças mais novas estão envolvidas, a literatura aponta, no entanto, que o intérprete não consegue desempenhar somente o papel acima citado e acaba em muitas situações este se envolve com as atividades de ensino/aprendizagem dando exemplo, sugestões, etc. No entanto, se estas funções não são claras para o aluno surdo, professor e intérprete, o trabalho do intérprete pode se tornar improdutivo, graças à insegurança, desconfiança, desconforto e superposições do trabalho de ILS e professor (LACERDA, 2006).

Segundo Quadros (2004), o problema está em separar o interpretar e o aprender, pois são processos interdependentes, levando o ILS a assumir algumas funções de educador. No entanto, alguns professores vão além e não assumem seu papel frente a alunos surdos, pois não sabem como lidar com a surdez e suas peculiaridades, não entendendo o aluno surdo, sua realidade e suas dificuldades de linguagem, recorrendo ao ILS como responsável sobre o desenvolvimento dos alunos surdos ou deixando-o encargo de ensinar o conteúdo planejado.

Neste sentido, é discutida a formação do ILS, argumentando-se que os quesitos destes devem ser equivalentes ao nível de atuação educacional em que está inserido, uma vez que interpretar envolve também participar dos momentos pedagógicos (SANTOS, 2006).

Quando a instituição de ensino, e demais membros do processo, não conseguem definir a profissão/função do ILS, esta pode contratar intérpretes sem a devida avaliação do nível de fluência ou mesmo capacidade de interpretação da língua de sinais, visto que muitos têm uma formação “prática”, mas nenhuma experiência educacional (MARTINS, 2006). O exame utilizado para avaliar professores de Libras (surdos e ouvintes) e para intérpretes e tradutores de Libras é o exame de certificação nacional ProLibras<sup>1</sup>.

De acordo com Martins (2006), devemos refletir sobre o que se espera de um ILS e o seu papel de fato. Para tanto uma das sugestões para a otimização do processo de interpretação é que o ILS deva compreender o que vai ser trabalhado em sala de aula para facilitar o processo de tradução, no entanto esta é uma “exigência” injusta ao pedir que um profissional ILS tenha o mesmo conhecimento que um professor, se for assim, porque então a presença de um professor, já que o intérprete poderia fazer este trabalho, conjuntamente com o de interpretar?

Outra sugestão se refere ao fato que ILS deveriam ter alguma formação educacional compatível ao nível em que atua, a fim de que tenham uma visão holística de todo o processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo, um procedimento sistematizado de ensino e um compartilhar direto com os professores.

1 Instituído pelo decreto No. 5626. O ProLibras é um programa promovido pelo Ministério da Educação (MEC) e desenvolvido pelas IES (Instituições do Ensino Superior), com o objetivo viabilizar a certificação de proficiência em Libras, bem como para a certificação de proficiência em tradução e interpretação da Libras, por meio de um exame nacional. Os certificados obtidos por meio deste exame ProLibras poderão ser aceitos pelas instituições de ensino superior como documentos que comprovam a competência nessas duas áreas. O Ministério da Educação, transferiu a responsabilidade da organização e administração do ProLibras em 2010 para o INES (Instituto Nacional de Educação dos Surdos), que até então eram de responsabilidade da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Fonte: <http://www.prolibras.com.br/> acessado em 25/02/2011.

Frente às dificuldades na definição de papéis desta profissão ainda em formação, foi instituído um código de ética específico para ILS que atuam na educação. Dentro desta discussão<sup>2</sup> foi reconhecido ser antiético que o ILS assuma funções que não sejam específicas a sua atuação, como por exemplo: tutorar alunos; apresentar informações a respeito do desenvolvimento dos alunos; acompanhar os alunos; disciplinar alunos e realizar atividades gerais extraclasse.

O código de ética prevê que o ILS deva ser neutro, ser sigiloso quanto a informações profissionais, que deve manter uma distância profissional da vida pessoal, buscando ser o mais fidedigno quanto possível a respeito do conteúdo traduzido, reconhecendo suas limitações e se vestindo de modo a não chamar atenção indevida sobre si durante sua atuação (SEESP, 2004).

Segundo o Código de Ética, os ILS's têm o direito de serem auxiliados pelo professor através da revisão e preparação das aulas que garantem a qualidade da sua atuação durante as aulas, considerando que o intérprete é apenas um dos elementos que garantirá a acessibilidade. Os alunos surdos devem ter seu tempo para olhar para os vários sujeitos (professor e intérprete) e materiais (quadro, caderno, etc.) que forem utilizados. O professor assim deve aprender a ter na sala de aula a presença de alunos surdos e de intérpretes de língua de sinais (SEESP, 2004).

Outra observação quanto ao tempo deve ser de a de habilitar os alunos surdos a se envolverem nas aulas, redirecionando os questionamentos dos alunos para o professor, procedimento que demora devido ao processo de tradução de pergunta e resposta, devendo-se notar também sobre a questão do espaço físico, tal como a de iluminação em sala de aula, para que o ILS seja sempre bem visível (SEESP, 2004).

---

## 4. METODOLOGIA

Levando-se em consideração que o conceito criado por parte dos professores sobre o papel do intérprete de libras só é construído e definido a partir das reais experiências com tal profissional, este estudo utilizou-se de entrevistas com professores do ensino superior para coletar dados sobre estas vivências a fim de observar algumas das possíveis interpretações do papel de intérprete no ensino superior.

Trata-se assim de uma pesquisa de caráter qualitativo, onde foi realizado o estudo de três casos. Foi definido realizar uma pesquisa qualitativa por ser considerada a mais adequada para tratar de perceber processos pessoais, interpessoais e sociais pouco compreendidos, como é o caso deste trabalho (YIN, 1994).

Apesar de não empregar procedimentos voltados para a quantificação de variáveis, a força do estudo qualitativo está na capacidade de provir uma compreensão rica e

---

2 Baseado na discussão nos EUA disponível em: <http://www.deafmall.net/deaflinx/edcoe.html>, 2002.

aprofundada de um determinado contexto social ou fenômeno, fornecendo a identificação de fatores intangíveis em uma pesquisa quantitativa (MACK, et al., 2005).

Foram entrevistados três professores da UNIPAN/Anhanguera de Cascavel/PR, dois do sexo feminino e um do sexo masculino, entre 25 e 40 anos. Todos os professores têm o título de mestre e lecionam para surdos do curso de Artes Visuais na faculdade em questão a mais de um ano.

Foi utilizada uma entrevista semi-dirigida com cinco perguntas abertas, dando aos participantes a liberdade de discorrer com suas próprias palavras sobre o tema sugerido. As narrativas resultantes podem auxiliar a reorientar o pensamento para além de perspectivas já ultrapassadas, servindo para derrubar as chamadas “narrativas mestras” (estereótipos socialmente construídos e que servem para estigmatizar grupos sociais) (MACK, et al., 2005).

Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, foi desenvolvido um Termo de Consentimento Ético a fim de guardar princípios tais como, direito de escolha, respeito ao sigilo e esclarecimento dos participantes, visando assim à minimização de riscos psicológicos e sociais decorrentes da pesquisa. O Termo também serve como uma base de confiança entre pesquisador e participantes norteados por normas éticas. O Termo foi feito de forma escrita, com informações, fornecidas em uma linguagem e um nível educacional que o potencial participante possa compreender, acerca do objetivo da pesquisa; o tempo necessário e os procedimentos da pesquisa.

Não existe uma C. E. P. (Comitê de Ética em Pesquisa) na UNIPAN/Anhanguera de Cascavel, PR, cadastrada a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), todavia todos os procedimentos seguidos buscaram salvaguardar a integridade e respeito para com o participante, seguindo os preceitos éticos relacionados à pesquisa científica.

Após consentirem livremente de participarem do estudo, foi realizada uma entrevista (gravada) com um tempo variando entre 5 e 10 minutos buscando saber mais da percepção dos professores do ensino superior a respeito do papel do ILS e sua relação de trabalho no ensino superior.

A análise dos dados foi realizada através do cruzamento de dados obtidos nas entrevistas com o referencial teórico da pesquisa atual. O método de análise de dados definida foi a de Análise de Conteúdo. Esta consiste em um método de análise de múltiplos textos, proporcionando inferências de textos focais para o seu contexto social. O método é realizado de maneira objetiva, levando em conta o formalismo estatístico e a análise qualitativa de dados (BAUER, 2006).

---

## 5. RESULTADO E DISCUSSÃO

A maioria das respostas dos participantes foram muito semelhantes, não havendo discrepâncias muito grandes no conteúdo das mesmas.

Em relação à primeira pergunta, sobre como o papel/função do ILS era percebido pelos professores, todos responderam que o trabalho deste profissional era de traduzir a fala do professor, para a língua de sinais, a fim que estes alunos possam acompanhar a aula tal como qualquer outro aluno.

Skiliar (2001) relata que muitos professores que trabalham com um intérprete em sala de aula, acreditam que o bilingüismo é uma proposta educacional que busca somente tornar acessível ao surdo a língua portuguesa através da língua de sinais, uma percepção errônea que pode levar a proposta bilíngüe a se tornar uma grande narrativa educacional que conserva as mesmas representações (estereótipos) sobre o sujeito surdo e a surdez, bem como reduzi-la a uma metodologia que propaga a falta de conscientização histórica, política e crítica a respeito desta população.

A segunda questão se refere à possibilidade de haver uma compreensão e trabalho entorno da adequação do docente frente a estes alunos surdos (conjuntamente com o ILS). Todos comentaram que a única modificação que fizeram foi em relação à velocidade de seus discursos, onde o ILS pedia a todos que falassem um pouco mais devagar para facilitar no processo de interpretação, demonstrando assim uma falta de compreensão sobre a maneira de ensinar alunos surdos, e indiretamente remetendo a responsabilidade da transmissão do conhecimento sobre o intérprete.

Pereira (2008) reconhece que a presença do ILS na sala de aula é uma conquista no processo de inclusão de pessoas surdas, no entanto, sua simples presença não significa que as aulas devam ocorrer como se todos os alunos não fossem surdos e que o conteúdo vai ser recebido satisfatoriamente. O professor regente deve ter ciência de que a língua de sinais é uma modalidade de língua diferente da oral, uma vez que esta centrada no “ver” o professor, devendo este se adequar e utilizar estratégias de ensino com base no visual, compreendendo a maneira própria de aprender e ensinar desses alunos.

A terceira pergunta se relacionava a como o professor e o ILS interagiam. Todos os professores relataram ter uma boa relação profissional com o ILS e que este tentava levantar certos pontos para o melhor aproveitamento dos alunos surdos em sala de aula, tal como preocupação com iluminação, disposição em sala de aula (o local onde os alunos surdos deveriam ficar, e o ILS junto), entre outros.

Deve ser reconhecido que o processo de ensino e aprendizagem não é um “ato”, mas sim um relacionamento, e como tal, um bom aproveitamento do profissional ILS pode promover ganhos significativos ao aluno surdo, ao professor e ao próprio intérprete (OLIVEIRA & SILVA, 2010).

A quarta pergunta focava os resultados acadêmicos dos alunos surdos. Tal pergunta foi levantada baseada na hipótese de que se o trabalho de ILS e professores são realizados satisfatoriamente, os alunos deveriam demonstrar um bom desenvolvimento através das



notas. Neste momento da entrevista, todos os professores relataram o contexto em que muitos dos alunos surdos viviam, uma vez que estes não tinham muito contato com outros surdos ou pessoas que tinham o domínio de Libras, e que por isso tomavam boa parte de seu tempo conversando entre si ao invés de prestarem atenção na aula. No entanto, aqueles alunos surdos que prestavam atenção na aula conseguiam boas notas nas avaliações – assim demonstrando um bom trabalho de docência e interpretação nos casos em que a devida atenção foi dada a este trabalho conjunto.

É visto como imprescindível ao professor que trabalha com alunos surdos, estar atento aos tipos/ modelos de avaliação e de atividades que buscam a construção do conhecimento, uma vez que tais modelos devem levar em conta a diferença do aluno surdo bem como as potencialidades e limitações deste. Para tanto, os profissionais envolvidos na educação de alunos surdos devem pesquisar e aprender sobre a surdez (OLIVEIRA & SILVA, 2010).

A última questão se referia se os professores sentiam falta de um treinamento na forma de trabalhar com ILS e com alunos surdos. Todos os professores expuseram seu desejo de obter maior conhecimento sobre o trabalho com alunos surdos, e que através da interação que tiveram com estes alunos, e com o ILS, conseguiram aprender muito sobre esta população.

De acordo com Santos (2006), isso se explica, pois a realidade brasileira demonstra que as qualificações dos profissionais envolvidos com a surdes, especialmente os ILS, realmente se desenvolvem através da experiência da própria atuação em sala de aula. Este não é um processo exclusivo do Brasil, uma vez que a organização dos trabalhos nos EUA envolveu processos semelhantes.

É sugerido, no entanto, que as universidades invistam no desenvolvimento e treinamento de seus professores na linguagem de sinais, a fim de facilitar o processo de ensino do surdo e não sobrecarregar o intérprete – como estabelecido pela Lei 9394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira que coloca que os sistemas de ensino deverão assegurar, principalmente, professores especializados ou devidamente capacitados, que possam atuar com qualquer pessoa especial na sala de aula (LIMA et al., 2005).

---

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstra que alguns professores ainda acreditam que a mera presença do ILS pode ser o suficiente para o desenvolvimento educacional dos alunos surdos no ensino superior, não necessitando modificando o ambiente escolar para “incluir” tais indivíduos, uma vez que a inclusão invariavelmente se remete a questionamentos metodológicos, de planejamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem, levando em conta as peculiaridades e aspectos culturais da comunidade surda.

Diante disso, o trabalho buscou desmistificar algumas das representações sobre o trabalho de ILS, buscando expor de forma teórica qual pode ser o papel do ILS no processo

de ensino e aprendizagem do ensino superior.

Dentro do novo prisma de inclusão, todos os envolvidos no processo educacional de pessoas com necessidades especiais devem realizar um reajustamento pedagógico e desenvolvimento de novas interações profissionais baseadas no autoconhecimento, podendo o ILS oferecer muito a este processo.

Nesse sentido, este trabalho tem a expectativa de que os profissionais envolvidos no ensino superior reconsiderem criticamente suas posturas diante das orientações relacionadas à linguagem e a surdez, bem como o conhecimento a respeito dos papéis/funções do ILS, objetivando a melhoria na qualidade do ensino às pessoas surdas, principalmente no que tange a relação docente e ILS.

---

## REFERÊNCIAS

- BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 189-217.
- BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Deficiência Auditiva. Brasília: SEESP, VI 1997.
- BRASIL, Ministério da Educação/SEESP/Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília: MEC: SEESP, 2004.
- CALDAS, C. Surdos enfrentam desafios para entrar na universidade. Net. MEC, novembro, 2006. Seção Educação. Disponível em: <<http://www.fbb.org.br/portal/pages/publico/expandir.fbb?codConteudoLog=3116.htm>> Acesso em: 10 dez. 2010.
- CASTRO, M. P. A.; MONTE, M. S. R. A inclusão de pessoas surdas no ensino superior. Net. Recife, setembro, 2005. Disponível em: <[http://www.paulofreire.org.br/pdf/relatos\\_experiencia/A%20INCLUS%C3%83O%20DE%20PESSOAS%20SURDAS%20NO%20ENSINO%20SUPERIOR.pdf.htm](http://www.paulofreire.org.br/pdf/relatos_experiencia/A%20INCLUS%C3%83O%20DE%20PESSOAS%20SURDAS%20NO%20ENSINO%20SUPERIOR.pdf.htm)> Acesso em: 10 dez. 2010.
- KELMAN, C. A. Os diferentes papéis do professor intérprete. Espaço: Informativo Técnico-Científico, Rio de Janeiro, v. 24, p. 25-30, 2005.
- LACERDA, C. B. F. L. A Inclusão Escolar de Alunos Surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n.69, p. 163-184, maio/ago. 2006.
- LEITE, Emili Marques da Costa. Os papéis do intérprete de libras na sala de aula inclusiva. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005 (Coleção Cultura e Diversidade Arara Azul).
- LIMA, N. A., VASCONCELOS, M. L., CASTRO, M. P. A. & MONTE, M. S. R., A. A Inclusão de Pessoas Surdas no Ensino Superior. In: V Colóquio Internacional Paulo Freire. 2005. Anais... Recife, 2005.
- MACK, N. et al. Qualitative Research Methods: a data collector's field guide. Research Triangle Park, NC: Family Health International, 2005.
- MARTINS, D. A. Formação e trabalho do intérprete de libras na educação superior: primeiras aproximações. Net. ANPED, Outubro, 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/2poster/GT15-4728--Int.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2010.
- MARTINS, V. R. O. Implicações e Conquistas da Atuação do Intérprete de Língua de Sinais no Ensino Superior. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v. 7, n. 2, p. 158-167, jun. 2006.
- MEC, SEESP. Ensino de língua portuguesa para surdos : caminhos para a prática pedagógica / Heloísa Maria Moreira Lima Salles ... [et al.] . \_ Brasília :, 2004. 2 v. : il. . \_ (Programa Nacional de

Apoio à Educação dos Surdos).

OLIVEIRA, H. C. A Postura do Tradutor Intérprete de Libras: um educador ou closed caption. Net. Rio de Janeiro, 2008. Fundação de Apoio à Escola Técnica-FAETEC/Instituto Superior de Educação de Itaperuna. Disponível em: <[http://editora-arara-azul.com.br/cadernoacademico/TCC\\_Hugo\\_Coelho\\_de\\_Oliveira\\_2008.pdf](http://editora-arara-azul.com.br/cadernoacademico/TCC_Hugo_Coelho_de_Oliveira_2008.pdf)> Acesso em: 10 dez. 2010.

PEREIRA, T. L. Os Desafios da Implementação do Ensino de Libras no Ensino Superior. 2008. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto, 2008.

PIRES, Cleidi Lavatto & NOBRE, Maria Alzira. Interpretação em línguas de sinais: um olhar mais de perto. Informativo Técnico do INES: Espaço. Rio de Janeiro.n.14. Dez. 2000.

PROLIBRAS. Disponível em: <<http://www.prolibras.com.br/>>. Acesso em: 25 fev. 2011.

QUADROS, R. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC; SEESP, 2004.

ROSA, A. S. A (im)possibilidade da fidelidade na interpretação da língua brasileira de sinais. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p. 123-135, jun. 2006.

ROSA, A. S. Tradutor ou Professor? Reflexão preliminar sobre o papel do intérprete de língua de sinais na inclusão do aluno surdo. Ponto de Vista. Florianópolis, n. 8, p. 75-95, 2006.

SALERNO, M. As dificuldades de inclusão dos Surdos Brasileiros e dos Intérpretes de LIBRAS nas Universidades Públicas. Net. Rio de Janeiro, outubro, 2005. Seção Sindical dos Docentes da UFRJ. Disponível em: <[http://www.feneis.com.br/pages/materiais\\_universidadepublica.asp.htm](http://www.feneis.com.br/pages/materiais_universidadepublica.asp.htm)> Acesso em: 10 dez. 2010.

SANTOS, S. A. Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: um estudo sobre as identidades. 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

SKLIAR, C. Atualidade da Educação Bilíngüe para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SKLIAR, C. Perspectivas políticas e pedagógicas da educação bilíngüe para surdos. In: SILVA, S. & VIZIM, M. (Org.) Educação Especial: múltiplas leituras e diferentes significados. Campinas: Associação de Leitura do Brasil - ALD, 2001.

YIN, R. K. Case Study Research: design and methods. London: Sage, 1994.